



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2026)

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA ESTRUTURANTE DE
PERMANÊNCIA ACADÊMICA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA NA UFERSA¹**
*STUDENT ASSISTANCE AS A STRUCTURAL POLICY FOR ACADEMIC
PERMANENCE: AN EMPIRICAL ANALYSIS AT UFERSA*

Patrícia Silva Rebouças de Araújo²

Fabiano da Costa Dantas³

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre a assistência estudantil e a permanência acadêmica no curso de Agronomia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), considerando o recente processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Estudantil, instituída pela Lei nº 14.914/2024. A pesquisa adota abordagem quantitativa, de natureza descritivo-analítica, com base em dados administrativos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) e do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), referentes a estudantes ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) no período de 2023 a 2025. O universo analisado compreende 1.334 estudantes regularmente matriculados, dos quais 122 foram contemplados com a Bolsa Acadêmica, principal benefício financeiro contínuo da política de assistência estudantil da UFERSA. As variáveis analisadas incluem o acesso à assistência estudantil e o status da matrícula acadêmica. Os resultados evidenciam diferenças significativas entre estudantes beneficiários e não beneficiários, com maior proporção de matrículas ativas ou concluídas e menor incidência de cancelamento entre aqueles que acessam a política. Embora não se estabeleça relação de causalidade, os achados indicam associação consistente entre a assistência estudantil e a permanência acadêmica, reforçando sua relevância como política pública

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado/defendido para a Especialização em Gestão Pública, em 23 de fevereiro de 2026, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista junto a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

² Orientanda do Curso de Especialização em Gestão Pública, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2073794699141020>. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9448-9761>. E-mail: patriciaaraujo@ufersa.edu.br.

³ Orientador do Curso de Especialização em Gestão Pública, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6665529071884072>. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9315-6236>. E-mail: fabianodantas@ufersa.edu.br.

estruturante do direito à educação superior, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Permanência acadêmica; Evasão no ensino superior; Políticas públicas educacionais; Educação superior.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between student assistance and academic retention in the Agronomy program at the Federal Rural University of the Semi-arid Region (UFERSA), considering the consolidation of the National Student Assistance Policy established by Law No. 14,914/2024. The study adopts a quantitative, descriptive-analytical approach based on administrative data from the Office of Student Affairs (PROAE) and the Integrated Academic Activities Management System (SIGAA), covering students admitted through the Unified Selection System (SISU) between 2023 and 2025. The analyzed population comprises 1,334 regularly enrolled students, of whom 122 were selected to receive the Academic Scholarship, the main continuous financial support offered by UFERSA's student assistance policy. The variables analyzed include access to student assistance and academic enrollment status. The results reveal significant differences between beneficiary and non-beneficiary students, with higher proportions of active or completed enrollments and lower cancellation rates among beneficiaries. Although causality is not established, the findings indicate a consistent association between access to student assistance and academic retention, reinforcing the role of student assistance as a structuring public policy for the right to higher education, particularly in contexts marked by socioeconomic inequalities.

Keywords: Student assistance; Academic retention; Higher education dropout; Educational public policies; Higher education.

1 INTRODUÇÃO

A expansão do acesso à educação superior no Brasil, intensificada nas últimas décadas, representou um avanço significativo no processo de democratização educacional. No entanto, esse movimento expôs limitações estruturais relacionadas à permanência e à conclusão dos cursos, especialmente entre estudantes oriundos das camadas populares, historicamente excluídas desse nível de ensino. Conforme destacado por Santos e Freire (2022), o acesso, quando dissociado de políticas efetivas de permanência, tende a produzir novas formas de exclusão no interior das próprias universidades, resultando em trajetórias acadêmicas marcadas pela evasão e pela interrupção dos estudos.

Nesse sentido, a evasão no ensino superior configura-se como um fenômeno complexo, multifatorial e relacional, que não pode ser explicado exclusivamente por atributos individuais dos estudantes, mas resulta da interação entre condições socioeconômicas, trajetórias escolares e experiências institucionais ao longo da vida acadêmica. A literatura internacional aponta que a decisão de permanecer ou abandonar o curso resulta da interação contínua entre características de ingresso e experiências institucionais ao longo da trajetória acadêmica. O modelo interacionista proposto por Tinto (1993 apud Castro-Montoya et al., 2025) destaca que a permanência discente depende da integração acadêmica e social do estudante, mediada pelo compromisso institucional e pelo apoio oferecido pela universidade. Estudos recentes que adaptam esse modelo ao contexto latino-americano reafirmam sua validade explicativa, ao evidenciar que fatores familiares, psicossociais e institucionais exercem influência decisiva sobre a evasão, sobretudo nos primeiros anos da graduação.

No contexto brasileiro, o enfrentamento da evasão está diretamente relacionado à compreensão da educação superior como um direito social que não se esgota no acesso, mas exige condições reais de permanência e conclusão com qualidade. Santos e Freire (2022) afirmam que o direito à educação não se esgota no ingresso, mas exige condições materiais e simbólicas para a permanência com qualidade. Segundo os autores, “a vivência plena da cidadania e da democracia social, econômica e cultural está intrinsecamente associada à garantia do direito a escolas e universidades” (Santos e Freire, 2022, p. 277), o que reforça a centralidade das políticas de assistência estudantil como instrumentos de efetivação desse direito.

A institucionalização da assistência estudantil no Brasil ocorre com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234/2010, que estabelece diretrizes para a promoção da permanência discente nas Instituições Federais de Ensino Superior. Ao contemplar ações nas áreas de alimentação, moradia, transporte, saúde, apoio pedagógico e inclusão digital, o PNAES buscou enfrentar os condicionantes socioeconômicos que comprometem o percurso formativo dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Entretanto, a literatura crítica aponta que, durante muitos anos, a assistência estudantil permaneceu marcada por fragilidades normativas e por uma compreensão restrita de seu papel, frequentemente associada à lógica assistencialista (Vargas, 2017; Oliveira, 2019).

Vargas (2017), ao analisar os limites e possibilidades da materialização da assistência estudantil no contexto de uma universidade federal interiorizada, ressalta que essa política se

desenvolve em meio a contradições próprias das políticas sociais no capitalismo periférico. Para a autora, a assistência estudantil expressa, simultaneamente, um avanço na garantia de direitos e os limites impostos pela forma como o Estado brasileiro historicamente responde às demandas sociais, o que se traduz em ações fragmentadas, insuficiência de recursos e dificuldades de institucionalização plena da política (Vargas, 2017).

Um avanço significativo nesse cenário ocorre com a promulgação da Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, conferindo-lhe status jurídico de política de Estado. Ao transformar um programa regulamentado por decreto em uma política legalmente instituída, a nova legislação amplia a estabilidade normativa e reforça a assistência estudantil como componente estruturante da política educacional. Pizza e Siquelli (2024) destacam que esse processo representa um esforço de consolidação jurídica e reconhecimento institucional, ainda que persistam desafios relacionados ao financiamento e à implementação efetiva da política.

Ribeiro et al. (2025) reforçam essa análise ao afirmar que a Lei nº 14.914/2024 formaliza práticas já consolidadas nas universidades federais, mas também inaugura novas tensões e desafios, especialmente no que se refere à garantia do caráter protetivo da assistência estudantil frente às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Segundo os autores, a Política Nacional de Assistência Estudantil atua como um mecanismo de unificação de programas anteriores sob um suporte legal comum, validando formalmente as ações já praticadas por universidades e institutos federais. Embora a legislação busque modernizar o tema com novas diretrizes, os autores alertam que a formalização normativa não resolve, por si só, as contradições históricas da área, nem assegura que a política seja efetivamente implementada em todas as realidades locais. (Ribeiro et al., 2025).

Nesse sentido, a assistência estudantil deve ser compreendida não como benefício social complementar, mas como política pública estruturante do direito à educação superior, na medida em que cria condições objetivas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos. Estudos empíricos realizados em universidades federais demonstram que estudantes beneficiários da assistência estudantil apresentam menores taxas de evasão e melhores indicadores de permanência e desempenho acadêmico, quando comparados aos não beneficiários, reforçando o papel dessa política na mitigação das desigualdades socioeconômicas.

Inserida nesse debate, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), localizada em uma região historicamente marcada por desigualdades sociais e econômicas, constitui um locus relevante para a análise da relação entre assistência estudantil, evasão e permanência acadêmica. Considerando a trajetória institucional da universidade, o perfil socioeconômico de seus estudantes e a elevada demanda por auxílios, torna-se pertinente investigar de que forma o acesso à assistência estudantil se associa às trajetórias acadêmicas, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre a efetividade das políticas públicas educacionais no contexto das universidades federais interiorizadas.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

2.1 Assistência estudantil como política pública estruturante da permanência acadêmica

A compreensão da assistência estudantil como política pública exige superar leituras restritivas que a associam exclusivamente a ações compensatórias ou benefícios assistenciais. No campo das políticas educacionais, a assistência estudantil deve ser analisada como parte constitutiva do direito à educação superior, articulando acesso, permanência e conclusão como dimensões indissociáveis. Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 14.914/2024 representa um marco histórico ao conferir à assistência estudantil status jurídico de política de Estado, ampliando sua estabilidade normativa, sua legitimidade institucional e sua exigibilidade social.

Autores como Castro, Trindade e Oliveira (2024) destacam que a transição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado por decreto, para uma política instituída por lei, não se limita a um avanço formal. Trata-se de uma mudança estrutural que reposiciona a assistência estudantil no âmbito das políticas públicas educacionais, reconhecendo-a como responsabilidade permanente do Estado e como condição objetiva para a democratização do ensino superior. Essa perspectiva rompe com a lógica de programas episódicos e reforça a assistência estudantil como elemento central da gestão universitária e da equidade educacional.

A assistência estudantil universitária constitui-se, portanto, como um dos principais instrumentos de promoção da equidade no acesso e, sobretudo, na permanência acadêmica no ensino superior, ao atuar sobre múltiplas dimensões que condicionam a trajetória dos estudantes. Conforme destacam Martins et al. (2022), as políticas de assistência estudantil buscam fornecer

recursos essenciais que possibilitem a superação de obstáculos de ordem econômica, social e pedagógica, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e para a redução das taxas de evasão.

Nessa perspectiva, a assistência estudantil não se restringe à concessão de auxílios financeiros, mas envolve um conjunto articulado de ações — como moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico, atenção à saúde e inclusão digital — que reconhecem a complexidade das vulnerabilidades enfrentadas pelos estudantes, especialmente aqueles oriundos das camadas populares.

Sob uma perspectiva crítica, Borsato et al. (2024) argumentam que a Política Nacional de Assistência Estudantil reflete as contradições próprias do Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que consolida direitos historicamente reivindicados pelos movimentos estudantis e pelas instituições federais de ensino. Embora a nova legislação amplie o escopo das ações de permanência — incorporando programas, serviços e estratégias mais abrangentes —, sua efetividade permanece condicionada à regulamentação infralegal, ao financiamento adequado e à capacidade institucional de implementação, especialmente em universidades localizadas em regiões marcadas por desigualdades socioeconômicas estruturais, como é o caso da UFERSA.

Por fim, a análise comparativa entre o Decreto nº 7.234/2010 e a Lei nº 14.914/2024 evidencia que a assistência estudantil, ao ser institucionalizada como política nacional, consolida-se como instrumento estruturante da permanência acadêmica, ainda que permaneça atravessada por tensões orçamentárias e políticas. Conforme apontam Ribeiro et al. (2025), o novo marco legal representa avanço ao unificar programas, ampliar diretrizes e reconhecer práticas já consolidadas nas IFES, mas também inaugura desafios relacionados à gestão, ao monitoramento e à garantia do caráter protetivo da política frente às pressões de focalização e restrição fiscal.

2.2 Assistência estudantil na Universidade Federal Rural do Semi-Árido: política institucional, programa e serviços ofertados

A política de assistência estudantil da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) encontra-se formalmente instituída e regulamentada, constituindo-se como um dos principais instrumentos institucionais de garantia da permanência acadêmica. Essa política de assistência estudantil foi criada por meio de resolução do Conselho Universitário, estabelecendo

princípios, diretrizes e objetivos que orientam a formulação e a execução de programas, projetos, ações e serviços voltados à promoção do direito à educação, da permanência e do êxito formativo dos discentes, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Entre os princípios que norteiam essa política destacam-se a garantia do ensino público, gratuito e socialmente referenciado; a igualdade de condições para o acesso, a permanência e o êxito formativo; a promoção da inclusão social por meio da educação; o respeito à diversidade e à dignidade discente; e a gestão democrática e participativa da assistência estudantil. Seus objetivos centrais incluem a ampliação das condições de permanência no ensino superior, a redução das taxas de retenção e evasão, a minimização das desigualdades sociais que incidem sobre a trajetória acadêmica e a criação de um ambiente universitário favorável à formação integral dos estudantes.

No plano operacional, a assistência estudantil da UFRSA é materializada por meio do Programa de Assistência Estudantil (PAE), instituído pela Resolução nº 6/2025 do Conselho de Administração (CONSAD), em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil, estabelecida pela Lei nº 14.914/2024. O PAE tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais de graduação da UFRSA que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para a redução da evasão, da retenção e para a melhoria do desempenho acadêmico.

A gestão e a execução do PAE são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), órgão responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das ações de assistência estudantil, contando com o apoio das Coordenadorias de Assuntos Estudantis (COAES) nos campi fora da sede. A PROAE atua com equipe multiprofissional, composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, nutricionistas, técnicos em assuntos educacionais, profissionais da saúde e do esporte, entre outros, assegurando uma abordagem integral das demandas discentes.

O PAE contempla a concessão de benefícios na forma de auxílios, bolsas e serviços, ofertados de acordo com a disponibilidade orçamentária e os critérios socioeconômicos definidos em edital. Entre as modalidades de apoio financeiro direto destacam-se: auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio saúde, auxílio inclusão digital, auxílio emergencial, auxílio acessibilidade e a Bolsa Acadêmica, que se configura como o principal benefício monetário contínuo da política. Além disso, o programa inclui bolsas específicas, como

bolsa esporte, bolsa de representação estudantil e bolsa de desenvolvimento técnico-científico, bem como a oferta de moradia estudantil nos campi da instituição.

Quadro 1 – Síntese dos auxílios, bolsas e serviços do Programa de Assistência Estudantil (PAE) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Categoria	Modalidade / Serviço	Natureza do apoio	Objetivo principal
Auxílios financeiros diretos	Auxílio Alimentação	Serviço e/ou subvenção financeira	Garantir acesso à alimentação adequada durante o período letivo
	Auxílio Moradia	Subvenção financeira mensal	Apoiar estudantes sem residência familiar no município do campus
	Auxílio Transporte	Subvenção financeira mensal	Custear despesas de deslocamento até a universidade
	Auxílio Creche	Subvenção financeira mensal	Apoiar estudantes com filhos em idade pré-escolar
	Auxílio Saúde	Subvenção financeira eventual	Apoiar despesas com tratamento de saúde física ou mental
	Auxílio Inclusão Digital	Subvenção financeira em parcela única	Viabilizar acesso a equipamentos e conectividade
	Auxílio Emergencial	Subvenção financeira temporária	Atender situações excepcionais de vulnerabilidade social
	Auxílio Acessibilidade	Subvenção financeira mensal	Garantir condições de permanência a estudantes com deficiência

Bolsas institucionais	Bolsa Acadêmica	Subvenção financeira mensal	Apoiar a permanência articulada a atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura
	Bolsa de Representação Estudantil	Subvenção financeira mensal	Incentivar a participação estudantil em instâncias institucionais
	Bolsa Esporte	Subvenção financeira mensal	Estimular práticas esportivas e atividades físicas
	Bolsa de Desenvolvimento Técnico-Científico	Subvenção financeira mensal	Integrar estudantes residentes à produção acadêmica e técnica
Serviços e equipamentos	Moradia Estudantil	Serviço institucional	Garantir alojamento a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica
	Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico	Serviço multiprofissional	Apoiar o bem-estar, a saúde mental e o desempenho acadêmico
	Atenção à Saúde e Bem-estar	Serviço multiprofissional	Promover ações preventivas e de cuidado em saúde
	Programas de Cultura, Arte, Esporte e Lazer	Serviço institucional	Fortalecer vínculos, integração social e formação integral
	Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas	Serviço institucional	Promover inclusão e permanência de grupos historicamente vulnerabilizados

Fonte: Elaboração própria (2026), com base nas normativas institucionais da UFERSA (Resolução CONSUNI nº 73/2022; Resolução CONSAD nº 6/2025) e informações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE).

A Bolsa Acadêmica, em particular, assume papel estratégico no âmbito da política de assistência estudantil da UFERSA, por concentrar o maior número de vagas, apresentar o maior valor financeiro entre os auxílios ofertados e registrar elevada demanda por parte dos estudantes. Trata-se de um benefício de caráter contínuo, vinculado ao desenvolvimento de atividades acadêmicas articuladas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura e à inovação, o que contribui não apenas para a permanência material do discente, mas também para sua integração acadêmica e institucional.

Para além dos auxílios financeiros, a política de assistência estudantil da UFERSA engloba serviços e ações de acompanhamento psicossocial, pedagógico e de promoção da saúde e do bem-estar, incluindo atendimentos individuais e coletivos, ações preventivas, atividades esportivas, culturais e de lazer, bem como programas de apoio à diversidade e às ações afirmativas. Esses serviços ampliam o alcance da assistência estudantil ao reconhecer que a permanência acadêmica é condicionada por fatores materiais, subjetivos e simbólicos, exigindo respostas institucionais integradas e intersetoriais.

Nesse contexto, a experiência institucional da UFERSA evidencia a assistência estudantil como política pública estruturante da permanência acadêmica, ao articular apoio financeiro, serviços multiprofissionais e ações formativas. Contudo, a elevada demanda reprimida observada nos processos seletivos do PAE revela os limites da cobertura frente ao perfil socioeconômico do corpo discente e às restrições orçamentárias, reforçando a necessidade de fortalecimento contínuo do financiamento e da capacidade institucional de implementação da política.

Percebe-se, também, as contradições estruturais que atravessam a política de assistência estudantil no âmbito das universidades federais: ao mesmo tempo em que se consolida como instrumento fundamental de equidade e permanência acadêmica, a política permanece tensionada por limites orçamentários, expansão da demanda discente e desafios institucionais de implementação. Essa realidade reforça a necessidade de compreender a assistência estudantil não como ação complementar, mas como componente estruturante da política educacional, indispensável para a efetivação do direito à educação superior em contextos marcados por desigualdades históricas.

À luz das contribuições teóricas que discutem a permanência acadêmica como processo complexo, atravessado por condições materiais, simbólicas e institucionais, torna-se fundamental examinar como a política de assistência estudantil se expressa empiricamente no contexto

específico da UFERSA. Conforme argumenta Lima (2023), a permanência não se restringe à continuidade formal da matrícula, mas envolve a capacidade do estudante de sustentar sua trajetória acadêmica em meio a desigualdades estruturais que persistem mesmo após o ingresso no ensino superior.

Dessa forma, a análise empírica dos dados institucionais permite avaliar em que medida os auxílios ofertados pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE) contribuem para a estabilização do vínculo acadêmico e para o enfrentamento da evasão em um curso marcado por elevada exigência formativa, como o de Agronomia.

2.3 Assistência estudantil e evasão escolar

A evasão no ensino superior constitui um fenômeno complexo, multifatorial e persistente, que atravessa tanto países centrais quanto contextos periféricos, assumindo particular gravidade em sistemas educacionais marcados por profundas desigualdades sociais. A literatura contemporânea tem avançado no entendimento de que a evasão não pode ser explicada exclusivamente por atributos individuais ou por insuficiências acadêmicas do estudante, mas deve ser compreendida como resultado de um processo relacional e longitudinal entre o discente e a instituição.

Desse modo, o modelo interacionista de Tinto (apud Castro-Montoya et al., 2025) destaca-se como um dos referenciais teóricos mais consolidados para a análise da permanência acadêmica, ao postular que a decisão de persistir ou evadir decorre da interação contínua entre características de ingresso do estudante — como condições socioeconômicas, familiares e psicossociais — e suas experiências de integração acadêmica e social no ambiente universitário.

Evidências empíricas recentes, a partir de um estudo longitudinal realizado com estudantes de graduação em uma universidade privada colombiana, corroboram a validade explicativa desse modelo em contextos latino-americanos, demonstrando que o comprometimento institucional e com os objetivos acadêmicos exerce efeito indireto e mediado sobre a evasão, por meio dos níveis de integração acadêmica e social. Os resultados indicam que estudantes que desenvolvem vínculos mais sólidos com o sistema acadêmico — expressos na percepção de apoio docente, desenvolvimento intelectual e adaptação às exigências curriculares — e com o sistema social da instituição — traduzidos em interações significativas com pares e

docentes — apresentam menor probabilidade de evasão ao final do primeiro ano (Castro-Montoya et al., 2025).

Ademais, o estudo evidencia que fatores como condições familiares, saúde mental e suporte institucional inicial influenciam diretamente o grau de comprometimento do estudante, reforçando a ideia de que a permanência acadêmica depende de políticas institucionais capazes de promover condições objetivas de integração. Assim, a evasão deixa de ser interpretada como um fracasso individual e passa a ser compreendida como expressão das limitações institucionais e das desigualdades estruturais que atravessam a trajetória discente, o que confere centralidade a políticas de permanência — como a assistência estudantil — no enfrentamento sistemático do abandono no ensino superior.

No contexto brasileiro a evasão no ensino superior é compreendida como fenômeno multifatorial, envolvendo dimensões individuais, institucionais e socioeconômicas, onde a assistência estudantil assume uma centralidade nesse processo ao buscar enfrentar as desigualdades estruturais que incidem sobre os estudantes das classes populares. Estudos empíricos demonstram que a ausência de suporte institucional adequado tende a transformar o acesso ao ensino superior em uma experiência marcada por insegurança, sobrecarga e vulnerabilidade, aumentando significativamente o risco de evasão (Almeida, 2017; Vargas, 2017).

A literatura empírica tem demonstrado que políticas de assistência estudantil exercem impacto positivo sobre a permanência e a trajetória acadêmica dos estudantes, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estudos de Ronkoski e Silva (2025), ao analisarem a efetividade do PNAES em universidades da Região Norte do Brasil, evidenciam que o acesso aos auxílios está associado à redução das taxas de evasão, ao aumento do tempo de permanência e à melhoria do desempenho acadêmico. Esses achados reforçam a compreensão da assistência estudantil como mecanismo de proteção institucional, capaz de mitigar os efeitos das desigualdades sociais sobre o percurso formativo dos discentes.

Adicionalmente, Martins et al. (2022) ressaltam que a assistência estudantil deve ser concebida como política de equidade, reconhecendo que o ingresso no ensino superior não assegura, por si só, igualdade de condições para a permanência. As autoras alertam também para o desconhecimento, por parte significativa dos estudantes, acerca dos direitos e benefícios assegurados pelas políticas institucionais de assistência estudantil, o que limita o alcance da

política e pode reproduzir desigualdades internas, transformando uma política concebida para a inclusão em um mecanismo seletivo, acessado majoritariamente por aqueles que já dispõem de maior capital informacional. Nesse contexto, a assistência estudantil assume também uma dimensão informacional e pedagógica, demandando estratégias institucionais de divulgação, acompanhamento e avaliação contínua.

A evasão acadêmica, sobretudo no contexto das universidades públicas brasileiras interiorizadas, revela-se profundamente associada às desigualdades sociais que atravessam o percurso formativo dos estudantes oriundos das camadas populares. Nesse cenário, a assistência estudantil assume centralidade como política pública de garantia de direitos, na medida em que atua diretamente sobre os condicionantes materiais, sociais e simbólicos que influenciam a permanência universitária. Santos e Freire (2022) defendem que o acesso ao ensino superior, embora fundamental, é insuficiente quando dissociado de políticas institucionais capazes de assegurar condições reais de permanência, alertando para o risco de reprodução de processos de exclusão no interior das próprias universidades. Para os autores, a assistência estudantil deve ser compreendida como parte indissociável do direito à educação, articulada a uma concepção ampliada de cidadania e dignidade humana, conforme explicitam:

“O direito à educação e, neste caso, à educação superior, perpassa por várias questões sociais e de cidadania, dentre as quais destaca-se a importância das políticas públicas de assistência estudantil e de ações afirmativas na atualidade. Atacá-las, portanto, fere a vivência desse direito e aos seus sujeitos implicados.” (Santos e Freire, 2022, p. 277).

Nessa perspectiva, a evasão deixa de ser interpretada como resultado de fracasso individual ou inadequação acadêmica do estudante e passa a ser compreendida como expressão das limitações institucionais e das insuficiências das políticas públicas de permanência. A assistência estudantil, ao contemplar ações nas áreas de alimentação, moradia, transporte, saúde, apoio pedagógico e psicossocial, atua como mecanismo de proteção institucional frente às múltiplas vulnerabilidades que incidem sobre a trajetória discente, contribuindo para a redução das taxas de evasão e para a promoção de uma permanência acadêmica com qualidade. Tal abordagem reforça a compreensão da assistência estudantil como política estruturante do sistema educacional, indispensável para a efetivação do direito à educação superior pública, gratuita e socialmente referenciada.

O Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), a partir da atuação dos gestores de assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), passou a fundamentar suas demandas por ampliação de investimentos nas políticas de assistência estudantil com base no argumento da necessidade de enfrentamento da evasão e da retenção acadêmica. Segundo o FONAPRACE (2012), a permanência dos estudantes no ensino superior encontra-se fortemente condicionada à escassez de recursos sociais, econômicos e pedagógicos, o que reforça a centralidade da assistência estudantil como instrumento estratégico para a mitigação das desigualdades e para a garantia da continuidade das trajetórias acadêmicas, assim, as políticas de apoio institucional desempenham papel fundamental.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem quantitativa, de natureza descritivo-analítica, com o objetivo de examinar a relação entre o acesso à assistência estudantil e a permanência acadêmica no ensino superior. O estudo foi desenvolvido a partir da análise de dados administrativos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), integrando informações provenientes dos editais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) e dos registros acadêmicos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Os dados foram analisados sem identificação individual dos estudantes, respeitando princípios éticos de uso de dados administrativos.

O recorte empírico concentrou-se no curso de Agronomia, abrangendo um total de 1.334 estudantes regularmente matriculados no período analisado. Desse universo, 122 discentes foram selecionados para o recebimento de bolsa de assistência estudantil, enquanto 1.212 não foram contemplados pelos auxílios ofertados. A escolha do curso justifica-se por sua relevância institucional, pelo elevado contingente discente e pela expressiva heterogeneidade socioeconômica do público atendido.

O recorte empírico desta pesquisa compreende estudantes que ingressaram no curso de Agronomia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), contemplando discentes selecionados para a Bolsa Acadêmica nos períodos letivos compreendidos entre 2023 e 2025. A escolha do curso de Agronomia justifica-se

por se tratar do curso mais antigo da instituição, o que lhe confere relevância histórica¹, consolidada trajetória acadêmica e expressivo contingente discente. Ademais, trata-se de um curso tradicionalmente marcado pela diversidade socioeconômica de seus estudantes e por demandas formativas que exigem maior dedicação acadêmica, fatores que potencializam a análise da relação entre assistência estudantil e permanência.

A opção por analisar exclusivamente estudantes selecionados na Bolsa Acadêmica, dentre os diversos benefícios ofertados pela política de assistência estudantil da UFERSA, justifica-se por se tratar do maior número de vagas, maior valor financeiro e maior nível de procura por parte dos discentes, configurando-se como o principal instrumento de apoio financeiro direto à permanência acadêmica na instituição.

A Bolsa Acadêmica apresenta, historicamente, elevada demanda reprimida, conforme os resultados das seleções divulgados, evidenciando a insuficiência da oferta frente às necessidades socioeconômicas do corpo discente e reforçando seu caráter estratégico no enfrentamento da evasão acadêmica. Além disso, por se tratar de um benefício de natureza monetária contínua, a Bolsa Acadêmica exerce impacto direto sobre as condições materiais de permanência, como alimentação, transporte e aquisição de materiais acadêmicos, permitindo maior comparabilidade entre beneficiários e não beneficiários. A concentração da análise nesse benefício contribui, portanto, para maior consistência metodológica, ao reduzir a heterogeneidade entre diferentes tipos de auxílios e possibilitar uma avaliação mais precisa da relação entre assistência estudantil e permanência acadêmica.

Ao concentrar-se em estudantes ingressantes via SISU, a pesquisa busca minimizar vieses associados a distintas modalidades de ingresso, enquanto a delimitação temporal adotada assegura maior consistência analítica na comparação das trajetórias acadêmicas de discentes beneficiários e não beneficiários da política de assistência estudantil.

As variáveis analisadas incluíram o acesso à assistência estudantil (beneficiário ou não beneficiário) e o status da matrícula acadêmica, classificado em ativo, concluído, trancado ou

¹ A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) tem origem na Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), criada em 18 de abril de 1967, vinculada inicialmente ao governo do Estado do Rio Grande do Norte, com a missão de formar profissionais voltados ao desenvolvimento agropecuário da região semiárida. Em 2005, a ESAM foi federalizada por meio da Lei nº 11.155, passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), ampliando sua atuação acadêmica, administrativa e territorial. O curso de Agronomia, implantado ainda no período da ESAM, constitui-se como o primeiro e mais antigo curso da instituição, desempenhando papel central na consolidação da identidade acadêmica da UFERSA e na formação de profissionais voltados às demandas socioeconômicas e produtivas do semi-árido nordestino.

cancelado. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, com o objetivo de identificar padrões e diferenças entre os grupos investigados. Ressalta-se que o estudo não busca estabelecer relações de causalidade, mas analisar associações entre o acesso à política de assistência estudantil e a permanência acadêmica, respeitando os limites metodológicos inerentes à utilização de dados administrativos observacionais.

4 RESULTADOS

A análise dos dados institucionais sobre o desempenho acadêmico e o status de matrícula dos estudantes do curso de Agronomia da UFERSA é orientada pela compreensão de que a evasão no ensino superior constitui um fenômeno multifatorial, fortemente associado às condições socioeconômicas dos discentes e às respostas institucionais voltadas à permanência. Estudos como o de Rosa (2014) evidenciam que, embora as políticas de democratização do acesso tenham ampliado o ingresso de estudantes de baixa renda nas universidades públicas, a ausência ou insuficiência de políticas de permanência tende a reproduzir desigualdades e a intensificar o abandono dos cursos. Assim, os resultados apresentados a seguir buscam verificar empiricamente a associação entre o acesso à assistência estudantil e a permanência acadêmica, considerando o status de matrícula como indicador central desse processo.

Conforme apresentado na Tabela 1, os resultados evidenciam diferenças expressivas no status da matrícula entre estudantes selecionados e não selecionados para a assistência estudantil no curso de Agronomia da UFERSA, com maior proporção de matrículas ativas ou concluídas entre os beneficiários da política. Entre os discentes beneficiários, observa-se elevada proporção de permanência acadêmica: 85,2% encontram-se com matrícula ativa e 5,7% já concluíram o curso, totalizando 90,9% de trajetórias acadêmicas preservadas. Apenas 6,6% desse grupo apresentaram cancelamento de matrícula, indicador associado à evasão acadêmica.

Tabela 1 – Status da matrícula no curso de Agronomia segundo acesso à assistência estudantil (%).

Status da matrícula	Selecionados (%)	Não selecionados (%)
Ativo	85,2	24,6

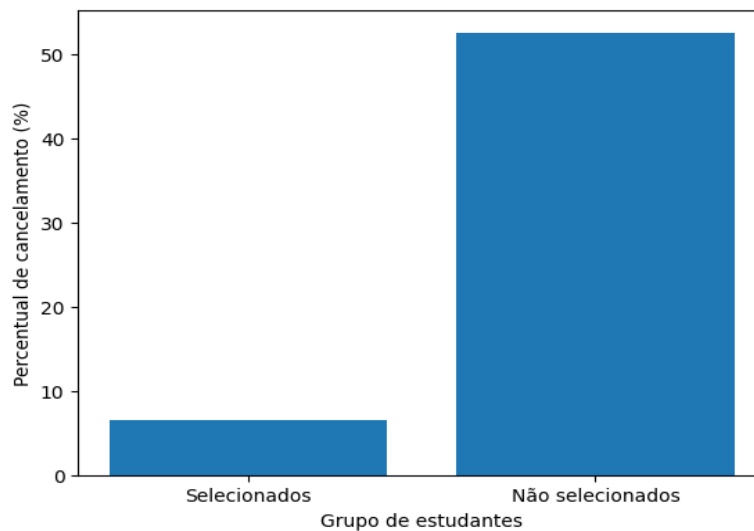
Concluído	5,7	21,6
Trancado	2,5	1,2
Cancelado	6,6	52,6

Fonte: PROAE e SIGAA/UFERSA. Elaboração própria (2026).

Em contraste, entre os estudantes não contemplados pela assistência estudantil, os dados revelam um cenário significativamente distinto. Mais da metade desse grupo (52,6%) apresentou cancelamento de matrícula, evidenciando elevados índices de evasão acadêmica. Ademais, apenas 24,6% mantinham matrícula ativa e 21,6% haviam concluído o curso, percentuais substancialmente inferiores aos observados entre os beneficiários da política. Destaca-se que o percentual de cancelamento de matrícula entre os estudantes não contemplados pela assistência estudantil é substancialmente superior ao observado entre os beneficiários, evidenciando um padrão associado à evasão acadêmica (Tabela 1).

Esses resultados indicam uma associação robusta entre o acesso à assistência estudantil e a permanência acadêmica, sugerindo que estudantes contemplados pelos auxílios institucionais tendem a apresentar trajetórias mais estáveis e menor propensão à evasão quando comparados aos não beneficiários. Embora não se trate de uma análise causal, a magnitude das diferenças observadas reforça a relevância da assistência estudantil como elemento central na mitigação do abandono acadêmico no contexto investigado. Essa diferença torna-se ainda mais evidente quando analisada graficamente, conforme ilustrado na Figura 1, que explicita a disparidade entre os grupos analisados no que se refere ao percentual de evasão acadêmica.

Figura 1 – Comparação do percentual de cancelamento de matrícula segundo acesso à assistência estudantil.



Fonte: PROAE e SIGAA/UFERSA. Elaboração própria (2026).

Os dados apresentados evidenciam uma diferença de magnitude expressiva entre os grupos analisados, especialmente no que se refere ao cancelamento de matrícula, indicador diretamente associado à evasão acadêmica. Enquanto apenas 6,6% dos estudantes beneficiários da assistência estudantil apresentaram matrícula cancelada, entre os não beneficiários esse percentual alcança 52,6%, revelando uma discrepância superior a 46 pontos percentuais.

Essa diferença não se restringe a variações marginais, mas indica um padrão consistente de maior vulnerabilidade acadêmica entre estudantes que não acessam os auxílios institucionais, sugerindo que a ausência de suporte material e financeiro constitui fator relevante na interrupção das trajetórias acadêmicas. A elevada proporção de matrículas ativas entre os beneficiários (85,2%), em contraste com o grupo não contemplado (24,6%), reforça a hipótese de que a assistência estudantil opera como mecanismo de proteção institucional, contribuindo para a estabilidade do vínculo acadêmico ao longo do curso.

Os resultados evidenciam diferenças substantivas entre estudantes beneficiários e não beneficiários da assistência estudantil, especialmente no que se refere ao cancelamento de matrícula, indicador diretamente relacionado à evasão acadêmica. Essa diferença de magnitude reforça as reflexões de Lima (2023) ao apontar que os programas de permanência, ainda que seletivos, exercem papel central na sustentação das trajetórias acadêmicas dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, os achados corroboram as análises de Rosa (2014), segundo as quais a permanência no ensino superior público depende da articulação entre

políticas de acesso e mecanismos institucionais capazes de enfrentar as barreiras econômicas e sociais que incidem sobre o cotidiano universitário

Embora a presente análise não estabeleça relação de causalidade, a magnitude das diferenças observadas confere significância empírica à associação entre acesso à assistência estudantil e permanência acadêmica, especialmente em um curso tradicional e exigente como o de Agronomia, caracterizado por elevada carga horária, atividades práticas e demandas financeiras contínuas.

A expressiva associação observada entre acesso à assistência estudantil e maior estabilidade do vínculo acadêmico sugere que os auxílios institucionais desempenham função estratégica na redução da evasão, ainda que não esgotem os desafios enfrentados pelos estudantes. Esses achados reforçam a necessidade de interpretar os resultados não como evidência isolada, mas como expressão concreta das tensões e potencialidades que atravessam a política de assistência estudantil no ensino superior público. A discussão a seguir aprofunda essa análise, articulando os dados empíricos ao marco legal recente e ao debate teórico sobre a consolidação da assistência estudantil como política de Estado.

5 DISCUSSÃO

Os resultados empíricos observados no curso de Agronomia da UFERSA dialogam de forma consistente com a literatura nacional e internacional sobre evasão e permanência no ensino superior, reforçando a compreensão da assistência estudantil como política pública estruturante da permanência acadêmica. A expressiva diferença nos percentuais de cancelamento de matrícula entre estudantes beneficiários e não beneficiários evidencia que o acesso à assistência estudantil está associado a trajetórias acadêmicas mais estáveis e a menores índices de evasão.

À luz da teoria da integração acadêmica e social, proposta por Tinto (apud Castro-Montoya et al., 2025), a permanência discente resulta da interação entre características individuais e experiências institucionais ao longo da trajetória acadêmica. Nesse processo, fatores socioeconômicos exercem influência decisiva, ao condicionarem a capacidade do estudante de se integrar às dimensões acadêmicas e sociais da universidade. A assistência estudantil, nesse contexto, atua como mediadora das condições objetivas de integração, ao reduzir barreiras

materiais que comprometem o desempenho, a frequência e o vínculo institucional, especialmente entre estudantes oriundos das camadas populares.

Os achados deste estudo corroboram evidências empíricas recentes que apontam efeitos positivos da assistência estudantil sobre a permanência e a trajetória acadêmica. Pesquisas realizadas em universidades federais das Regiões Norte e Nordeste demonstram que estudantes beneficiários do PNAES apresentam menor propensão à evasão, maior tempo médio de permanência e melhores indicadores de desempenho acadêmico quando comparados aos não beneficiários. Esses resultados reforçam o entendimento da assistência estudantil como mecanismo de proteção institucional frente às desigualdades sociais que atravessam o percurso formativo.

A interpretação desses dados precisa ser situada no contexto mais amplo da consolidação normativa da assistência estudantil no Brasil, especialmente a partir da promulgação da Lei nº 14.914/2024, que redefine o lugar dessa política no âmbito da educação e o avanço significativo ao transformar o PNAES em política de Estado, conferindo maior estabilidade jurídica e institucional às ações de permanência estudantil. Contudo, como apontam estudos recentes, a consolidação normativa não elimina desafios históricos relacionados ao financiamento, à regulamentação e à capacidade institucional de implementação, sobretudo em universidades interiorizadas e situadas em regiões marcadas por vulnerabilidade socioeconômica, como a UFERSA.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão informacional da política. O desconhecimento dos estudantes acerca dos auxílios e serviços disponíveis pode limitar o acesso efetivo à assistência estudantil, reproduzindo desigualdades internas e reduzindo o alcance da política. Embora esta pesquisa não tenha investigado diretamente essa dimensão, a magnitude das diferenças observadas entre os grupos analisados sugere a necessidade de estratégias institucionais mais robustas de divulgação, acompanhamento e monitoramento das trajetórias acadêmicas.

A expressiva diferença nos indicadores de evasão entre estudantes beneficiários e não beneficiários da assistência estudantil confere densidade empírica à compreensão dessa política como elemento estruturante da permanência acadêmica, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Estudantil instituída pela Lei nº 14.914/2024. Os resultados obtidos no curso de Agronomia da UFERSA reforçam a tese de que a permanência discente não depende

exclusivamente do mérito individual ou do desempenho acadêmico, mas está fortemente condicionada à existência de políticas institucionais capazes de enfrentar as desigualdades socioeconômicas que atravessam o percurso formativo.

À luz do modelo de integração acadêmica e social de Tinto (apud Castro-Montoya et al., 2025), os achados sugerem que a assistência estudantil atua como mediadora das condições objetivas de integração, ao reduzir pressões materiais que comprometem a dedicação aos estudos, a frequência às atividades acadêmicas e o fortalecimento do vínculo institucional. Dessa forma, a elevada taxa de cancelamento de matrícula entre os estudantes não contemplados pela política pode ser interpretada como expressão das limitações institucionais na garantia de condições reais de permanência, especialmente em universidades públicas interiorizadas e situadas em regiões marcadas por vulnerabilidades estruturais.

Os resultados deste estudo dialogam diretamente com o debate contemporâneo sobre a consolidação da assistência estudantil como política de Estado. Ao evidenciar empiricamente que o acesso aos auxílios institucionais está associado a trajetórias acadêmicas mais estáveis e a menores índices de evasão, a pesquisa reforça a necessidade de fortalecimento do financiamento, ampliação da cobertura e institucionalização de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação da política. Assim, a assistência estudantil reafirma-se não como benefício social complementar, mas como componente indissociável do direito à educação superior pública, gratuita e socialmente referenciada. Esses achados reforçam a necessidade de reflexão sobre os limites e potencialidades da assistência estudantil no contexto das universidades públicas brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o papel da assistência estudantil na promoção da permanência acadêmica no curso de Agronomia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a partir da integração de dados administrativos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Os resultados evidenciaram diferenças expressivas no status da matrícula entre estudantes beneficiários e não beneficiários da política, indicando associação consistente entre o acesso à assistência estudantil e a redução da evasão acadêmica.

A análise desenvolvida reforça a compreensão de que políticas de acesso, quando dissociadas de estratégias efetivas de permanência, tendem a reproduzir desigualdades sociais no interior das universidades públicas. Nesse sentido, a assistência estudantil consolida-se como política pública estruturante do direito à educação superior, ao criar condições objetivas para a continuidade dos estudos, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os achados também evidenciam os limites da cobertura da política, uma vez que parcela significativa dos estudantes permanece sem acesso aos auxílios institucionais, apresentando taxas de evasão substancialmente mais elevadas. Tal cenário reforça a necessidade de ampliação do financiamento, fortalecimento da capacidade institucional de implementação e consolidação de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação das ações de assistência estudantil.

Do ponto de vista metodológico, destaca-se que o estudo não estabelece relação de causalidade direta entre assistência estudantil e permanência acadêmica, tratando-se de análise associativa baseada em dados observacionais. Ainda assim, a magnitude das diferenças observadas entre os grupos analisados confere robustez aos resultados e reforça o potencial explicativo da assistência estudantil como mecanismo de proteção institucional frente às desigualdades socioeconômicas.

Conclui-se que o enfrentamento da evasão acadêmica no ensino superior público demanda a consolidação da assistência estudantil como política educacional integrada, articulada a ações pedagógicas, psicossociais e de gestão acadêmica. Mais do que um conjunto de benefícios, a assistência estudantil emerge como condição concreta para que estudantes em situação de vulnerabilidade possam sustentar suas trajetórias acadêmicas e concluir seus cursos. O fortalecimento dessa política constitui, portanto, condição indispensável para a efetivação do direito à educação superior pública, gratuita e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Estevão de. **Gestão educacional e assistência estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba** *Campus* João Pessoa. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BORSATO, Francieli Pivetta; MORERA, Ivana Aparecida Weissbach; ALVES, Franciele Koehler; MONTEIRO, Valéria Aparecida. Política Nacional de Assistência Estudantil agora é lei: reflexões preliminares acerca da assistência estudantil a partir da promulgação da Lei nº 14.914/2024. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS)**, 18., 2024, Brasília. Anais eletrônicos. Brasília: ENPESS, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, 2010b.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. **Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jul. 2024.

CASTRO, Regina Celi Alvarenga de Moura; TRINDADE, Josiney da Silva; DE OLIVEIRA, Adryelle Ferreira. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DE PROGRAMA DE ESTADO A POLÍTICA DE ESTADO. **ARACÊ**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 15216–15239, 2024.

CASTRO-MONTOYA, Bibiana; VÉLEZ-GÓMEZ, Paulina; SEGURA-CARDONA, Angela; French, Brian F. A cultural adaptation of Tinto's student integration theory in undergraduate students of a private university in Colombia. **Cogent Education**, v. 12, n. 1, 2025.

DE LIMA, Maria Janete. Discussão sobre programas de retenção de alunos no ensino universitário. **REA: Revista Científica Especializada em Educação e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 28–45, 2023.

FÓRUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (FONAPRACE). **Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU/PROEX, 2012.

MACÊDO, Pâmela Raquel Lopes. **Vulnerabilidade social na política de assistência estudantil: categoria de compreensão do público-alvo e critério de focalização**. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

MACHADO, Gabriel Costeira; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de; FREITAS, Tiarajú Alves de. Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da universidade federal do rio grande. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 55, p. 27-59, 2021.

MACIEL, Carina; LIMA, Elizeth; GIMENEZ, Felipe. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016.

MARTINS, Francisca Neide Camelo; MOURA, Anaisa Alves de.; MENESES, Laura Martins Spindola Rodrigues; MENESES, Yuri Alexandre; MARTINS, Adriana Pinto. In: MOURA, A.

A.; MENDES, M. C. F. (orgs.). **Desafios e potencialidades da assistência estudantil universitária: políticas de inclusão e equidade no acesso e permanência acadêmica**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2022. p. 298-311.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 22, p. 301-315, 2017.

PINHEIRO, Ellana Barros. A trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação: Educação Superior, Assistência Estudantil e o Pnaes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., Vitória, **Anais [...]**, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, v. 1, n. 1, 2018.

PIZZA, Samira Nathalia; SIQUELLI, Sônia Aparecida. A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o debate sobre sua consolidação jurídica. **Revista Ensaios Pioneiros**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2024.

ROSA, Chaiane de Medeiros. LIMITES DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ENTRAVES NA PERMANÊNCIA E A EVASÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 12, n. 1, p. 240–257, 2014.

RIBEIRO, Marla Beatriz de Oliveira; SANTOS, Eduardo Henrique Moraes; MENDES, Raquel de Oliveira; BARBOSA, Maria Aparecida Lourenço; OLIVEIRA, Carolina Sampaio de Sá; LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O DECRETO Nº 7.234/2010 E A LEI Nº 14.914/2024. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 342–371, 2025.

RISTOFF, Dilvo. Evasão e permanência no ensino superior: desafios contemporâneos. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 723–740, 2014.

RONKOSKI, Rodrigo; SILVA, Rosália Maria Passos da. Efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil: um Estudo de Caso em uma Universidade da Região Norte do Brasil. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 16, n. 8, p. e5202, 2025.

SANTOS, Silvano M.; FREIRE, Rebeca S. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 2, p. 260–280, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **Política de Assistência Estudantil**. UFERSA: Conselho Universitário, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021–2025**. Mossoró: UFERSA, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO. **Programa de Assistência Estudantil (PAE)**. UFERSA: Conselho Administrativo Universitário, 2025.

VARGAS, Melissa Welter. **Políticas públicas e desenvolvimento: limites e possibilidades na materialização da assistência estudantil no contexto da Unipampa**. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017.